

BRASIL: O *CORPUS* EM ANÁLISES DE DISCURSO

André da Costa LOPES¹

Doutorando em Língua Portuguesa – PUC-SP

Ramon CHAVES²

Doutorando em Língua Portuguesa – PUC-SP

RESUMO

Conforme Maingueneau (2015), a instabilidade do campo da análise do discurso encontra correspondência na própria noção de discurso. Isso porque entre linguistas e estudiosos do discurso este conceito pode variar muito. Assim, o corpo teórico-analítico de uma disciplina delimita o modo de apreensão do fenômeno discursivo e, por conseguinte, o modo de constituição do *corpus*. A fim de demonstrar tal observação, neste artigo, traçaremos um comparativo entre a Análise do Discurso (AD) e a Análise Crítica do Discurso (ACD), tendo como norte os estudos de Pêcheux e de Fairclough. Ademais, faremos a análise do texto *brasil*, de Oswald de Andrade, entendido como materialidade discursiva passível de ser constituída como *corpus* e de ser analisada a partir do quadro conceitual de cada uma dessas disciplinas.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Análise Crítica do Discurso. Discurso. *Corpus*.

Considerações iniciais

A *Análise do Discurso* e *Análise Crítica do discurso*, a partir da década de 1960, tornaram-se expoentes de produção intelectual e difundiram-se pelas academias em torno do globo, ora em profundo diálogo, ora progredindo por vias bifurcadas. Por isso, para este trabalho, o termo mais adequado a se utilizar é “*Análises* de Discurso”, pois, embora estas duas disciplinas pareçam lidar com o mesmo objeto de saber, seus arcabouços teóricos e suas tradições de pesquisa conduzem a noções de *discurso* e *corpus* díspares.

O que se convencionou chamar de tradição francesa de análise de discurso é, por exemplo, um signo de pertencimento de uma forma de se fazer pesquisa, e o mesmo se pode dizer sobre a tradição *anglosaxã* de análise de discurso. As diferentes tradições de análise e suas orientações históricas, formaram quadros teóricos independentes cujos pressupostos constituem formas diversas de entender os próprios objetos. Deste modo, é elementar que se perceba que as *Análises* de Discurso são produto da forma com a qual entendem o seu próprio objeto; o discurso, e os meios necessários para compor instrumentos analíticos dos próprios *corpora*.

¹ Endereço eletrônico: dacostta@hotmail.com.

² Endereço eletrônico: ramon.schaves@gmail.com.

O que está em jogo ao construir uma disciplina que tenha como base a noção de discurso é a ideia de uma materialidade que não está graficamente constituída, ou seja, que se propaga por uma série de eventos que não são estritamente linguísticos. Já em Saussure é possível enxergar um desenho preliminar da noção enunciativa própria do discurso; quando o filósofo da linguagem propõe o par dicotômico *langue* e *parole* e entende que a língua se constitui por meio de um código estático que se manifesta por meio dos falantes. Depois de Saussure, a Linguística avançou pelos postulados da Teoria da enunciação, com Benveniste. Este teórico pensou a constituição do texto como um produto situado que aponta para um lugar, um tempo e um espaço; linguisticamente marcados.

Enunciação e discurso estão correlacionados porque ambos só podem ser entendidos dentro de um campo sócio-historicamente marcado. Assim, pensar na relação entre um lugar, um tempo, os valores históricos que conduzem a produção, a leitura, a recepção, a propagação deste texto são úteis à Linguística, mas, definitivamente, não são apenas linguísticos.

Existe um número vasto de fatores que corroboram a manifestação de um discurso. Para além da Teoria da Enunciação em que importam os fatores linguísticos que conduzem a uma relação marcada entre Sujeito (enunciador), enunciado (materialidade linguística) e tempo (os marcadores de quando) e espaço (os marcadores de onde), as *Análises* de Discurso interessaram-se por um sujeito que se constitui sócio-historicamente, por um discurso que é parte material e parte imaterial, realizado por um evento enunciativo e pelas condições sócio-históricas de produção, sintetizados pelo historicismo que se registra no discurso.

Assim, as *Análises* de Discurso constituíram formas diversas de observar uma materialidade discursiva. Se pensarmos nas proposituras de Pêcheux, o mais interessante é o historicismo, nomeadamente adaptado dos estudos de Althusser. Em Fairclough, outrossim, o que mais chama a atenção é o apreço pelos teóricos da escola de Frankfurt e a sistematização da prática ideológica dos discursos. Passaremos a discutir os postulados destes autores separadamente e, ainda, categorias de análise oriundas da forma com a qual cada um desenvolveu o próprio campo de Análise de Discurso.

Michel Pêcheux (AD)

Ao contrário que se possa pensar, Michel Pêcheux não era linguista, e sim um filósofo especializado em História da Arte. Suas preocupações giravam em torno de uma problemática

cujos objetivos eram contestar os pressupostos idealistas das ciências humanas. De acordo com Maingueneau (2015), a Análise do Discurso (AD) de corrente pecheutiana se ancora, ao mesmo tempo, no marxismo da filosofia de L. Althusser, na psicanálise de J. Lacan e na Linguística estrutural, três empreendimentos que dominam a cena intelectual em território francês na década de 1960.

Gadet (2014) considera a forma mais acabada da Análise do Discurso Francesa a partir de Pêcheux que, mesmo não sendo linguista, conseguiu sintetizar as noções centrais da AD, por meio de categorias advindas da História, da Psicanálise e da Linguística. Um dos fatores responsáveis para a projeção das ideias desse discursivista francês no campo da linguística foi o lançamento do livro *Análise Automática do Discurso* em 1969. A partir daí testemunha-se

um encontro de fato entre as preocupações de MP (Michel Pêcheux) e as de um grupo de pesquisadores que trabalhavam [...] em torno do linguista Jean Dubois em uma nova disciplina universitária, a análise do discurso. O reconhecimento de um objeto comum caminhava par a par com a busca de métodos de análise linguística [...]; essa busca se inscreveria em uma perspectiva globalmente marxista da relação língua/classe social. [...] A história da análise do discurso na França, tal como se pode, hoje tentar compô-la, é fortemente marcada pelas orientações conceituais do livro de 1969 (GADET, 2014, p. 47).

A AD proposta por Pêcheux levanta questões à Linguística, questionando a exclusão por parte dessa disciplina da face social e histórica da linguagem, e às Ciências Sociais, no que concerne a uma concepção de linguagem transparente portadora de sentidos estáveis. Para este autor, a conservação dos paradigmas teóricos por parte destas disciplinas se deve ao fato delas estarem fortemente ligadas a continuidades ideológicas no campo das Ciências Humanas. Por isso, o objetivo da AD é romper com os velhos paradigmas propondo um deslocamento da Linguística estrutural para o campo social e histórico da linguagem. Daí pensar os sentidos como não transparentes, mas sim como materialidade impregnada de ideologias de onde emergem posições-sujeito. Falar disso, nada mais é do que falar de discurso.

No entanto, na fase da *Análise Automática do Discurso*, Pêcheux pensava o discurso como uma estrutura fechada capaz de ser descrito por regularidades estruturais. Por isso, nesse primeiro momento, apropriou-se das contribuições do linguista Zellig S. Harris (1909-1992), reelaborando o pensamento deste até chegar à noção de discurso como efeito de sentido, um objeto sócio-histórico em que o linguístico está pressuposto. O texto passa a ser pensado então como

materialidade discursiva. Nesse sentido, Orlandi (2005, p. 11) afirma que Pêcheux considera a linguagem como um sistema capaz de ambiguidade e, além disso, ele define a discursividade “como a inserção dos efeitos materiais da língua na história, incluindo a análise do imaginário na relação dos sujeitos com a linguagem”.

Pensado dessa forma, o discurso não é mais uma estrutura fechada, pois se torna ao mesmo tempo estrutura e acontecimento. Isto posto, é preciso levar em conta a exterioridade da linguagem. Não se trata, aqui, de uma exterioridade contextual empírica, mas de uma exterioridade discursiva, ou seja, o interdiscurso. De acordo com Orlandi (2005), esta noção está associada a memória discursiva, a um já-dito que torna possível os atos enunciativos. A autora ainda considera que, segundo este conceito, as pessoas possuem um saber discursivo que não se aprende, mas que produz seus efeitos por intermédio da ideologia e do inconsciente.

Nesse ponto, revela-se a influência do marxismo althusseriano e da psicanálise lacaniana no processo de subjetivação e assujeitamento pela ideologia e pela linguagem. Pêcheux (2009) considera que as formações ideológicas constituem os indivíduos em sujeito, tornando-os seres assujeitados pelo discurso. Desse modo:

o funcionamento da Ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos (e, especificamente, em sujeitos de seu discurso) se realiza através do complexo das formações ideológicas (e, especificamente, através do interdiscurso intrincado nesse complexo) e fornece “a cada sujeito” sua “realidade”³, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas (PÊCHEUX, 2009, p. 149).

A leitura atenta dessa passagem revela que os conceitos de formação ideológica (FI) e de interdiscurso estão estreitamente ligados e a ambos se articula outra noção: a de formação discursiva (FD). De acordo com Orlandi (2005), o interdiscurso e as FIs são representadas no discurso pelas FDs.

Segundo Brandão (s/d), é no campo da FI que se revelam as trocas simbólicas e as contradições das lutas de classe numa formação social, o que torna esse lugar propício para se articular ideologia e do discurso. As FDs, por sua vez, são partes constitutivas das formações ideológicas e é nesse espaço que mantêm relações com outras FDs, revelando os embates da luta ideológica.

³ Grifos do autor.

É no quadro de embates políticos e ideológicos, ou seja, no interior das formações ideológicas que se constituem as FDs. De acordo com Pêcheux (2009, p. 147), FD é aquilo que “a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*⁴ (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.)”.

A respeito da definição de Pêcheux (2009), Maingueneau (2015, p. 83) propõe que a noção de FD seja entendida “como um sistema de restrições oculto, [que determina o que pode e deve ser dito] transversal às unidades tópicas que são os gêneros do discurso”. Portanto, o texto entendido como materialidade discursiva, apresenta-se, em primeiro lugar, como gênero de discurso que revela sujeitos posicionados em FDs, as quais se articulam de forma intrínseca ao interdiscurso e as FIs. Enfim, o discurso como acontecimento revela um ato enunciativo, no qual sujeitos interagem em uma situação dada.

Fairclough (ACD)

A Análise Crítica do discurso (ACD) é uma disciplina constituída a partir do interesse pela dimensão social e histórica da linguagem iniciada na década de 1960. Na Grã-Bretanha, um grupo de linguistas desenvolveu uma linguística crítica articulando as teorias e métodos da linguística sistêmica, de Halliday, com teorias sobre ideologias. A ACD desenvolve seu aparato teórico-metodológico com base nos conceitos advindos da Linguística Crítica, sobretudo na perspectiva da análise sistêmico funcional, de Halliday, e da teoria marxiana de Gramsci, principalmente no que se refere às noções de ideologia e hegemonia. Tais posicionamentos teóricos fizeram com que a ACD constituísse uma feição distinta da AD. Assim, de acordo com Pedrosa (2005), a AD enfatiza a perspectiva social, relegando a análise linguística e apresentando uma visão estática das relações de poder; já a ACD se utiliza de um aparato linguístico para evidenciar a relação existente entre linguagem e poder. A linguagem é considerada, sobretudo, como prática social. Por isso, para esta disciplina, é crucial a noção de contexto, ou seja, a relação entre o texto e o social.

Maingueneau (2015) afirma que qualquer disciplina do discurso pode ter uma orientação crítica. Desse modo, a diferença entre orientação crítica e não crítica é uma questão de realce, e não de natureza. Contudo, ao trazer para si o rótulo de “análise crítica” a ACD é forçada a

⁴ Grifos do autor.

deslocar o sentido de algumas noções basilares para os estudos do discurso a fim de dar conta de seu objetivo. De acordo com Pedrosa (2005⁵),

[Fairclough] defende o discurso como prática social e política. Como prática política, o discurso estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas em que existem relações. Como prática ideológica, o discurso constitui, naturaliza, mantém e também transforma os significados de mundo nas mais diversas posições das relações de poder.

O discurso, portanto, não é visto apenas como fonte produtora de sentidos ou de efeitos de sentidos, mas como uma ação transformadora. Nesse sentido, a própria noção de sujeito precisa ser repensada, pois, para a ACD, o indivíduo assujeitado de Pêcheux não tem forças para redesenhar a ordem do discurso hegemônico. Por isso, o sujeito da ACD é, sobretudo, aquele que, embora determinado pelo discurso, age sobre ele, tornando-se um agente-sujeito.

Destarte, a ideologia não é apenas um sistema estático de formas simbólicas que circulam no mundo social utilizada como aparelho de controle sobre os sujeitos pelas classes dominantes, mas uma rede simbólica em cuja estrutura se apresentam relações de poder materializadas no e pelo discurso, passível de ser transformada pelos sujeitos.

O conceito de hegemonia procedente dos estudos de Gramsci, nesse sentido, é fundamental para a ACD, pois o agente-sujeito age sob o discurso a fim de transformar formas hegemônicas de ideologia. Pedrosa (2005) destaca algumas concepções de hegemonia aceitas por Fairclough, a saber: a hegemonia é considerada tanto liderança como exercício de poder em vários domínios da sociedade; é a manifestação do poder das classes econômicas definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, porém, nesse jogo de forças, o equilíbrio é instável; é construção de alianças e integração através de concessões, mais do que dominação de classes; é um foco de luta constante sobre aspectos de maior volubilidade entre classes, a fim de construir, manter, ou, mesmo, a fim de romper alianças e relações de dominação e subordinação que assumem configurações econômicas, políticas e ideológicas. Portanto, a hegemonia é um jogo maleável de manutenção de poder, feito, não pela força, mas pelo discurso. Por sua natureza instável, é capaz de ter sua ordem modificada pelos agentes-sujeitos.

Para a ACD, as FDs constituem o lugar do dizer, ou seja, elas definem os posicionamentos

⁵ Artigo publicado em página de *web* sem número de páginas.

do sujeito no discurso. Portanto, determinados posicionamentos podem sugerir a reprodução ou desconstrução de discursos hegemônicos. Nesse sentido, as noções de intertextualidade e interdiscursividade também são importantes, pois dizem respeito às relações entre textos e discursos, considerando redes de recorrência textuais e discursivas presentes na ordem do discurso. A quebra de tais relações pode caracterizar ações contra-hegemônicas.

O interdiscurso na ACD é uma rede de discursos que compõem a ordem discursiva, de onde emergem relações de poder evidenciadas no jogo de preservação da hegemonia. Portanto, a ACD promove um deslocamento conceitual no que diz respeito a Pêcheux não somente para dar conta de seu posicionamento teórico em relação a Gramsci, mas também para demonstrar que a ordem do discurso pode ser articulada e rearticulada por agentes-sujeitos.

Para estudar o discurso em sua complexidade, a ACD estabeleceu um modelo tridimensional de análise, também conhecida por teoria social do discurso. Esse modelo é linguisticamente orientado e usa como base noções advindas da Linguística Sistêmico Funcional (doravante LSF) Fairclough (2001) propõe uma análise de discurso em que se investigam as dimensões textual, discursiva e social e afirma que a articulação dessas três tradições analíticas é indispensável na análise de discurso. De acordo com esse discursivista,

essas são a tradição de análise textual e linguística detalhada na Linguística, a tradição macrossociológica de análise da prática social em relação às estruturas sociais e a tradição interpretativa ou microssociológica de considerar a prática social como alguma coisa que as pessoas produzem ativamente e entendem com base em procedimentos de senso comum partilhados (*op cit*, p.100).

A junção de tais perspectivas é possível, uma vez que a prática discursiva se manifesta em forma linguística e focaliza processos de produção, distribuição e consumo textual e a prática social, no âmbito político, econômico, cultural ou ideológico, é uma dimensão do evento discursivo.

Diante disso, no nível textual e linguístico, análise é denominada de descrição, o foco recai sobre as escolhas lexicais, gramaticais, coesivas e estruturais do texto. Por sua vez, a dimensão textual traz à luz o estrato semântico do texto, possível de ser analisado pelas metafunções da LSF, quais sejam: a ideacional, a interpessoal e a textual. Desse modo, a metafunção ideacional tem o propósito de codificar nossa expressão de realidade, ela manifesta e ou desafia nosso sistema de conhecimentos e crenças; a metafunção interpessoal, por sua vez, manifesta a forma como

estabelecemos identidades e relações pessoais; e, enfim, a metafunção textual diz respeito à organização do texto oral ou escrito. Nesse sentido, Meurer (2008) observa que as variáveis do contexto social motivam o registro de um determinado gênero textual.

No caso da dimensão da prática discursiva, o que interessa é a interpretação do processo de produção, distribuição e consumo de textos. A produção está relacionada aos escritores/falantes e sua maneira de ler o mundo a partir de posições discursivas. A distribuição diz respeito à circulação social dos textos, seus vários gêneros e mídias. Já o consumo investiga como produtores de textos e potenciais leitores/ouvintes criam sentidos a partir dos conteúdos textuais; como estabelecem relações de coerência como recriam textualizações de possíveis intenções; como articulam relações intertextuais e interdiscursivas.

Pedrosa (2005) observa que às três dimensões constituintes da prática discursiva (produção, distribuição e consumo) Fairclough acrescenta as condições de práticas discursivas, visto que, segundo a autora,

é necessário perceber que os textos são produzidos de maneira particular e em contextos sociais particulares. [...] Semelhante à produção, os textos são consumidos diferentemente em variados contextos sociais. A produção e o consumo podem ser individuais ou coletivos. Os textos podem apresentar resultados variáveis, de natureza extradiscursiva e, ainda, discursiva. O consumidor também pode ocupar um conjunto de posições, e cada uma dessas posições pode também ser ocupada de forma múltipla: receptores (aqueles para quem os textos se dirigem), ouvintes ou leitores (aqueles para quem os textos não está dirigido diretamente, mas são incluídos) e destinatários (aqueles que não são considerados leitores ou ouvintes legítimos, contudo, são reconhecidos como consumidores de fato).

Finalmente, a dimensão do discurso como prática social cuida das implicações do discurso no contexto social numa via de mão dupla, ou seja, o discurso determinando as práticas sociais por um lado e, por outro, as práticas sociais traçando novas configurações na ordem do discurso.

O discurso como prática social é um instrumento de veiculação da ideologia e da hegemonia. Portanto, as relações de poder emergem a partir das questões ideológicas que orientam a atribuição de sentidos nos discursos que circulam em sociedade. Assim, os sujeitos produtores e ou consumidores de discursos se posicionam em zonas do discurso (FDs), de forma consciente ou não, para dar suporte a formas de poder. Contudo, como vimos, a ordem do discurso pode ser reestruturada por posições contra-hegemônicas dos sujeitos-agentes.

Condições sócio-históricas de produção do discurso *brasil*

Nas notas sobre a edição de 1966 das poesias reunidas de Oswald de Andrade no volume sete das obras completas, Haroldo de Campos, no que diz respeito ao *Primeiro caderno de poesia do aluno Oswald de Andrade*, livro em que foi publicado o poema “brasil”, dá as seguintes informações:

Capa Tarsila, desenhos do autor. Cólófon: “Este livro, de que se tiraram 299 exemplares em papel ordinário (numerados aliás de 2 a 300) e um exemplar de luxo para Tarsila, acabou de se imprimir em São Paulo, no dia 25 de abril de 1927, na Tipografia da Rua Santo Antônio, n° 19, quase em frente a uma casa onde morou o poeta.

Diante dessas breves informações, pode-se constatar que a primeira edição do livro data de alguns anos após a Semana de Arte Moderna. Movimento que abalou as estruturas do modelo convencional de expressão artística no Brasil. O antigo paradigma da arte concebia uma realidade brasileira idealizada, explorava temáticas convencionais e prezava, principalmente, pelo apuro retórico da linguagem.

Campos (1971) se refere ao poeta Oswald de Andrade como “ser radical” e sua radicalidade, segundo o autor, afere-se no campo específico da linguagem. É justamente por meio da linguagem que Oswald atua com o máximo de subversão rompendo com as velhas concepções estéticas e ideológicas de uma elite academicista e ainda assentada nos valores conservadores de uma oligarquia rural. A esse respeito Campos (1971, p.10) diz o seguinte:

Evidentemente que a linguagem literária funcionava, nesse contexto, como um jargão da casta, um diploma de nobiliarquia intelectual: entre a linguagem escrita com pruridos de escoreição pelos convivas do festim literário e a linguagem desleixadamente falada pelo povo (mormente em São Paulo, para onde acudiam as correntes migratórias com as suas deformações orais peculiares), rasgava-se um abismo aparentemente intransponível. A poesia “pau-brasil” de Oswald de Andrade representou, como é fácil imaginar, uma guinada de 180° graus nesse *status quo* [...].

Portanto, foi na e pela linguagem que se realizou o embate estético e ideológico protagonizado por Oswald e seus companheiros modernistas contra uma antiga elite econômica e intelectual. Mas o Modernismo, embora seja um movimento de valorização de uma cultura

visceralmente nacional, resultou de impulsos internos e de influências europeias. No caso, as vanguardas francesas e italianas, as quais, de acordo com Candido (1999, p. 69), “ofereceram modelos adequados para exprimir a civilização mecânica e o ritmo das grandes cidades, além de valorizar as componentes primitivas, que no Brasil faziam parte da realidade”.

Candido (1999) afirma ainda que as contribuições fundamentais do movimento modernista para formação de uma nova estética artística (no campo da música, das artes plásticas, da literatura) foram a defesa da liberdade de criação e a experimentação, que, no caso da Literatura, ia de encontro aos preceitos estéticos da poesia e da prosa oratória da escola parnasiana. Com isso, os modernistas valorizaram na poesia os temas quotidianos tratados com uma linguagem essencialmente coloquial, com a intenção de desqualificar a solenidade ou a elegância afetada.

Oswald de Andrade, nos poemas do *Primeiro Caderno de Poesia* explora o experimentalismo e a valorização de uma linguagem popular, representadas no gosto pelo fragmento, associado a técnicas de colagem de textos e amostras da fala quotidiana. Segundo Candido (1999, p.73),

o primitivismo levou Oswald de Andrade a uma interpretação fecunda da cultura brasileira como assimilação destruidora e recriadora da cultura europeia, com vistas a uma civilização desrecaçada e anti-autoritária, cujo marco se encontra no importante “Manifesto Antropofágico” (1928) e vários escritos da combativa Revista de Antropofagia (1928-1929), que ele fundou e orientou.

O movimento modernista em sua feição antropofágica é, de fato, uma ação contra-hegemônica em relação a uma estética e ideologia dominante, mas sua função é transformadora. O embate se dá pela linguagem e é nela que se revelam as contradições de uma sociedade em processo crescente de urbanização. Revela-se aí um fator de instabilidade que, conforme Campos (1971), constitui-se a partir do processo de massificação. Trata-se de um “conflito fundamental entre as massas urbanas sem estruturação definida e com liderança populista, e a velha estrutura de poder que controla o estado” (*op cit*, p. 12).

A partir dessas considerações, vejamos o poema *brasil*, de Oswald de Andrade:

brasil

O Zé Pereira chegou de caravela

E perguntou pro guarani da mata virgem
— Sois cristão?
— Não. Sou bravo, sou forte, sou filho da Morte
Teterê Tetê Quizá Quizá Quecê!
Lá longe a onça resmungava Uu! ua! uu!
O negro zonzo saído da fornalha
Tomou a palavra e respondeu
— Sim pela graça de Deus
Canhém Babá Canhém Babá Cum Cum!
E fizeram o Carnaval
(Oswald de Andrade, Primeiro Caderno)

Análise I – Análise do discurso

A partir das considerações sobre a Análise do Discurso em Pêcheux, consideramos, para efeito de análise, a noção de discurso como efeito de sentidos, resultado de um ato enunciativo em que sujeitos interpretam e produzem enunciados a partir de posicionamento em FDs. O discurso é atravessado pelo exterior da língua, ou seja, pelas FIs e pelo interdiscurso. Desse modo, o texto será entendido como materialidade discursiva, apresentado sob a forma de um gênero de discurso produzido a partir das regularidades da FD e das condições de produção em que está inserido.

Na perspectiva da AD de corrente pecheutiana, em primeiro lugar é preciso observar que o texto *brasil*, como materialidade discursiva, é um gênero que compõe o discurso literário, mais especificamente o discurso literário identificado a partir da FD entendida como movimento modernista. Desta maneira é possível definir o posicionamento do autor Oswald de Andrade numa zona do discurso e então buscar interpretar os efeitos de sentido presentes no texto.

Por isso, é importante falar um pouco das condições sócio-históricas de produção do texto em questão. Como vimos no tópico *brasil*, de Oswald de Andrade, Campos (1971) considera o poeta Oswald de Andrade como “ser radical”, pois seu posicionamento discursivo é “violento” em relação às velhas concepções estéticas e ideológicas de uma elite academicista e ainda assentada em valores conservadores da oligarquia rural. Mas sua “militância” é feita na e pela linguagem e pretende-se transformadora ou antropofágica.

O Modernismo, por sua vez, é um movimento de valorização da cultura brasileira. Sua

relação com as representações idealizadas de temas nacionais de outras FDs literárias será sempre polêmica. Portanto, a liberdade de criação e a valorização da linguagem popular serão bandeiras fortemente defendidas ante aos preceitos estéticos da poesia e da prosa oratória. O que está em jogo, de fato, para além do estético, é uma luta entre FIs representantes de um Brasil oligárquico e rural e de um Brasil moderno e pré-industrial, com uma mentalidade urbana.

No texto *brasil*, pode-se notar uma dinâmica discursiva em que a relação interdiscursiva revela em embate polêmico entre discursos. O enunciador do gênero poético narra de forma sintética o processo de colonização do Brasil. A cena inicial é a da chegada de “Zé Pereira” de caravela trazendo consigo o discurso dominador do colonizador aludido na forma de tratar o indígena como ser inculto: “guarani da mata virgem”. O discurso religioso como instrumento de dominação aparece na síntese própria de gêneros poéticos: “sois cristão”? Além disso, a maneira de dirigir a palavra na forma culta revela a reverência ao discurso religioso e uma maneira de falar própria de enunciações provindas desse campo discursivo e ainda retrata a cultura do homem europeu em contraponto com o nativo.

Contudo, o indígena não aceita as sutilezas do discurso dominador, não concorda com sua ideologia e, no embate, mostra a força do discurso pré-colonial numa espécie de grito de guerra: “Teterê Tetê Quizá Quizá Quecê”! São dois discursos postos em relação polêmica, duas posições enunciativas distintas numa relação de poder patente. Nesse confronto, o leitor mais atento lerá a dominação portuguesa nos primeiros momentos da colonização do Brasil e seus principais instrumentos de dominação: a língua, a religião e a força.

No momento seguinte da narrativa poética, “O negro zonzo saído da fomalha” toma a palavra. Mas a palavra, melhor dizendo, o discurso não é mais dele. Aqui temos uma FD da escravidão: o trabalho forçado, a conversão pela força, a não aceitação das religiões afro, ou o próprio sincretismo religioso. Mas, diferentemente do indígena, o negro é interpelado pelo discurso dominador e o absorve ao aceitar sua religião: “sim pela graça de Deus”! Entretanto, resta-lhe um pouco do discurso primitivo da África: “Canhém, Babá Canhém Babá Cum Cum”! Nesse sentido, cada enunciador presente no texto revela sua identidade pelos posicionamentos em FDs revelados por suas falas. Assim temos o português colonizador com o discurso dominador, o indígena com o discurso pré-colonial de resistência e o negro com o discurso agregador e sincrético.

O fato é que no final do poema, há um elemento que funde e transforma todos os discursos: o Carnaval. Aqui se pode pensar no processo de carnavalização bakhtiniana em que os elementos

da cultura popular exercem influência sobre a cultura erudita e, de certa forma, exercem um papel de dominação, numa inversão das relações de poder⁶. Mas também temos o processo antropofágico de desconstrução e de transformação da estética e da ideologia dominante por meio da força visceral da cultura popular brasileira próprio da FD modernista.

Análise II – Análise Crítica do Discurso

Nesta análise, seguindo os postulados de Fairclough, consideramos a noção de discurso como prática social e política capaz, ao mesmo tempo, de manter e transformar relações de poder e de naturalizar, manter e transformar significados. Nessa concepção, o sujeito do discurso será considerado agente-sujeito, pois, embora determinado pelo discurso, é capaz de agir sobre ele e motivar transformações na rede simbólica da ideologia dominante.

Assim, a ideologia será vista não somente como um conjunto estático de crenças e representações de mundo a serviço de uma classe dominante, mas como uma rede simbólica, em cuja estrutura se apresentam relações de poder passíveis de serem transformadas. Para isso, é preciso pensar na noção de hegemonia, como jogo maleável de manutenção de poder constituído pelo discurso.

Será pelas FDs, consideradas como lugar do dizer e, portanto, zonas de posicionamentos do agente-sujeito no discurso, que se fará possível vislumbrar as relações de poder e também a intertextualidade e a interdiscursividade. Esses dois últimos conceitos dizem respeito a relações entre textos e discursos, considerando redes de recorrências textuais e discursivas presentes na ordem do discurso. Como instrumento de análise, utilizaremos além das categorias aqui mencionadas o modelo tridimensional de análise, de Fairclough, na sua dimensão textual, discursiva e social.

Como vimos, Meurer (2008) afirma que as variáveis do contexto social motivam o registro de um determinado gênero textual e cada gênero, por sua vez, contém configurações específicas de significados relativos às três dimensões semânticas: ideacionais, interpessoais e textuais.

No que concerne ao contexto social em que o texto “brasil”, de Oswald de Andrade, foi escrito, sabemos que o período de sua elaboração foi o Modernismo brasileiro. Portanto, trata-se de um gênero advindo do discurso literário: um poema. Contudo, o movimento modernista está

⁶ A esse respeito, cf. BAKHTIN, Mikhail. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2013.

situado numa zona específica desse discurso, portanto pode ser considerada uma FD que apresenta regularidades discursivas muito específicas.

Nesse sentido, considerando o modelo tridimensional de Fairclough: a dimensão textual, discursiva e social, ao falarmos do contexto social abordamos necessariamente a dimensão discursiva e social. Assim, se pensarmos na prática discursiva e nas condições de práticas discursivas observaremos que o meio de produção e circulação do discurso literário modernista se dá entre um público produtor e receptor altamente questionador da maneira tradicional de fazer literatura. Esse mesmo grupo de pessoas propõe um novo modelo que se pretende transformador. Não se trata apenas de quebrar os paradigmas, mas de resignificá-los por meio da apropriação de velhos e novos modelos. É a antropofagia que tudo transforma.

Por isso, não é de se estranhar Campos (1971) chamar Oswald de Andrade de “ser radical”. Posicionado na FD modernista, não restava outra opção ao autor do poema “brasil” senão ser “violento” em relação às velhas concepções estéticas e ideológicas de uma elite academicista e ainda assentada em valores conservadores da oligarquia rural.

Aqui já estamos na dimensão social do discurso, pois, ao se constatar uma prática discursiva, um modo específico de produzir/consumir discurso, vê-se as implicações sociais disso. A própria instituição literária prescreve uma nova maneira de ver o Brasil, prescreve também um “inimigo” estético e ideológico a se combater. Prescreve, enfim, um movimento contra-hegemônico de transformação social na e pela linguagem literária. São agentes-sujeitos num processo de ação transformadora de discursos. O Modernismo é um movimento de valorização e busca de uma cultura brasileira autêntica. Portanto, sua relação com as representações idealizadas de temas nacionais de outras FDs literárias será sempre polêmica.

Com essas considerações, podemos partir para a análise do texto, considerando sua relação com a dimensão discursiva e social. “brasil” é um poema, por isso sua característica composicional é, sobretudo, a síntese, a linguagem figurada e o recurso imagético. Além disso, trata-se de um poema narrativo com a estrutura básica da narrativa, a saber: introdução, desenvolvimento com conflito gerador, clímax, e desfecho. O enunciador do poema está em terceira pessoa e, aparentemente, em posição neutra em relação aos fatos narrados no texto e aos demais enunciadores.

Assim, no início do texto, vemos a chegada de “Zé Pereira” de caravela e o início do conflito gerador com a pergunta direcionada ao “guarani da mata virgem”, a saber: “sois cristão”? Levando em consideração o contexto histórico, a síntese poética reconta os primeiros momentos

da colonização brasileira com as imagens do português “Zé Pereira”, “caravela”, “guarani da mata virgem” e “cristão”. Tais escolhas lexicais acionam a memória discursiva e também revelam uma rede interdiscursiva e a intertextualidade própria do discurso do colonizador português, do discurso religioso, e do discurso pré-colonial brasileiro. Essa rede discursiva constitui, portanto, o núcleo da dimensão ideacional do texto.

Nos primeiros versos, há uma tentativa de aproximação com o nativo por parte do navegador português. Os verbos de ação “chegou” e “perguntou” indicam uma postura ativa por parte do agente-sujeito “Zé Pereira” em relação ao indígena. É o colonizador que primeiro dirige a palavra e que, a partir de sua visão, cria estereótipos. Nesse sentido, a relação interpessoal entre ambos indica uma postura de dominação por parte do português. Ao perguntar “sois cristão”, a primeira tentativa é de subjugar o nativo pelo viés ideológico, ou seja, pela imposição de um dos elementos da cultura europeia: a religião católica.

Mas o agente-sujeito indígena também resiste ativamente e altivamente com diminuto, porém, fortíssimo “Não”. As orações construídas apenas com predicados nominais, com ênfase nos adjetivos bravo, forte e filho da morte, reforçam o ato de resistência. As expressões finais da fala, espécie de grito de guerra em língua indígena e o resmungar podem representar, num nível mais profundo, o próprio resistir de um Brasil primitivo ante a destruição e dilapidação da terra pelo colonizador. O enunciador do poema, nesse sentido, faz vibrar uma das premissas da FD modernista: a valorização da força da cultura nacional, mais pura e mais valorosa quanto mais perto de suas origens primitivas.

Mas a história contada no poema segue e já estamos em outra fase da colonização. “O negro zonzinho saído da fomalha” é metáfora e metonímia do período do cultivo de cana-de-açúcar, dos engenhos, e da escravização de pessoas vindas da África. Mais uma vez aciona-se a memória discursiva. Sabemos então que a maioria dos negros não resistiu como os indígenas ao processo de escravidão. Haja vista que estavam distantes de sua terra e foram escravizados por meio da força excessiva.

No entanto, no texto o agente-sujeito negro é quem “toma a palavra”, é quem “responde”, o que indica ação. Mas essa palavra, melhor dizendo, esse discurso não é mais dele. Trata-se de um sujeito interpelado pelo discurso hegemônico do colonizador. A essa altura, o discurso do indígena e do negro já estavam calados por meio de instrumentos de dominação ideológicos e pela força. Embora subjogado, o negro ainda resiste com o que restou de sua língua primitiva: “Canhém Babá Canhém Babá Cum Cum”!

Mesmo que as relações interpessoais sejam atravessadas pela relação de poder em que o discurso do colonizador português sujeita o indígena e o africano à condição de dominados, impondo-lhes a ideologia hegemônica europeia, há, no desfecho da narrativa, um elemento agregador: o Carnaval. Ele é o canal pelo qual essa relação polêmica interdiscursiva entra em consonância. Mais uma vez, vemos a manifestação do posicionamento discursivo do enunciator modernista na valorização do que seria o ápice da cultura popular brasileira, lugar onde todos os discursos se fundem num movimento antropofágico de transformação e síntese de uma cultura sincrética e miscigenada em sua formação. Como na análise I, retomamos o pensamento sobre o processo de carnavalização bakhtiniana, em que os elementos da cultura popular exercem influência sobre a cultura erudita e, de certa forma, exercem um papel de dominação, numa inversão das relações de poder. É um movimento contra-hegemônico, uma forma de resistência vinda do povo, assim como a própria FD modernista que se apropria de elementos da cultura popular para fazer resistência a modelos estéticos e ideológicos hegemônicos.

Considerações finais

O texto *brasil* é estabilizado sobre uma materialidade linguística, no entanto esta estabilidade é revestida por elementos interdiscursivos. Esta interdiscursividade é elementar para a noção de discurso e para a composição do *corpus* em análises de discurso de tradições diferentes. As diferentes tradições em análise de discurso compuseram arcabouços baseados no pressuposto de que os discursos têm, além da linguística, dimensão social e histórica na qual o evento discursivo está situado. Contudo, embora as *Análises* de discurso tenham pressupostos semelhantes, a noção de discurso e os elementos que possibilitam a formação dos *corpora* são distintos.

O discurso *brasil*, na AD, está envolto a uma condição de interdiscurso baseada nas FDs. Esse modelo de análise marca-se numa relação entre discurso, marcado ideologicamente, e sujeito, assujeitado em relação à ideologia. Nessa senda, o *corpus* exige uma relação com período sócio-histórico que recupere os aspectos da ideologia dominante, bem como as bases que a sustentam. Ainda, é necessária a reflexão acerca dos sujeitos assujeitados e da composição das FDs que condicionam esse assujeitamento.

Por sua vez, a ACD compõe uma análise baseada nas dimensões semânticas do discurso. Nessa perspectiva de análise, o *corpus* é entendido sobre um revestimento que é, na mesma

proporção, linguístico, ideológico e social. Em uma análise textualmente orientada, o *corpus* aponta para o embate interdiscursivo pelo qual o discurso envolve e é envolvido.

As *análises* de discurso pelas quais nos debruçamos neste artigo são produtivas para a observação do *corpus* como um objeto dependente do arcabouço teórico que o investiga. Consideramos, assim, que o *corpus* é, também, uma noção teórica-analítica de responsabilidade do campo de investigação que se interessa por ele. Embora seja comum entendê-lo pela materialidade tangível, o mesmo texto desdobra-se em variada possibilidade de efeitos de sentido.

Por fim, entendemos que a observação do *corpus* pode ser eficiente para a demarcação de um campo de atuação científica. O objeto “discurso” é reclamado por diferentes orientações de análise e isso, numa história da Linguística, possibilitou a formulação de *corpora* capazes de revelar qual o ponto de vista teórico do analista e, ainda, em qual dimensão de análise esse se estabiliza.

Referências

ALGELVIS, Valmore. *Quatro textos sobre el Distribucionalismo o Estructuralismo americano*. México: Siglo XXI editores, 1984.

ANDRADE, Oswald. *Obras completas*. Volume 7. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2013.

BRANDÃO, Helena. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, s/d.

CANDIDO, Antonio. *Iniciação à literatura brasileira*. São Paulo: Humanitas, 1999.

CAMPOS, Haroldo. Uma poética da radicalidade. IN ANDRADE, Oswald. *Obras completas*. Volume 7. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

CHARAUDEAU, P. *Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática* Revista Diadorim / Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Volume 10, Dezembro 2011., 2011

FARACO, Alberto Carlos. Zelling Harris: 50 anos depois. *Revista Letras*, Curitiba, n. 61, p. 247-252, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Tradução Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução S. Mariani. Campinas: Unicamp, 2014.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e Análise do Discurso*. Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2015.

MEURER, J. L.; DELLAGNELO, Adriana Kuerten. *Análise do Discurso*. Florianópolis: UFSC, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Michel Pêcheux e a Análise do Discurso. *Revista Estudos da Língua(gem)*, Vitória da Conquista, n. 1, p. 9-13, junho, 2005.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi *et al.* Campinas: Unicamp, 2009.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. Análise Crítica do Discurso: uma proposta para a análise crítica da linguagem. In CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA, n. 3, 2005, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro, 2005. Disponível em <http://www.filologia.org.br/ixcnlf/3/index.htm>.

BRASIL: CORPUS IN DISCOURSE ANALYSIS

ABSTRACT

According to Maingueneau (2015), the instability of discourse analysis field finds correspondence in the very notion of discourse. It happens because between linguists and discourse scholars this concept can vary substantially. Thus, the theoretical-analytical body of a discipline delimits the way of apprehension of the discursive phenomenon and of constitution of the corpus. In order to demonstrate that observation, in this article, we will draw a comparison between Discourse Analysis (DA) and Critical Discourse Analysis (CDA), based on Pêcheux and Fairclough studies. Besides, we will analyze the text Brazilian, by Oswald de Andrade, understood here as discursive materiality that can be constituted as corpus and to be analyzed from the conceptual framework of each of these disciplines.

Keywords: *Discourse Analysis. Critical Discourse Analysis. Discourse. Corpus.*

Envio: junho/2017

Aceito para publicação: novembro/2017